



BULLYING SOBRE OS ESPAÇOS NÃO URBANOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Valdivino Souza Ribeiro¹

INTRODUÇÃO

O presente texto é desenvolvido a partir do método histórico materialista. É uma provocação com relação a diversidade no espaço escolar. Visa chamar a atenção para a constituição da escola a partir do espaço urbano, consumista como uma forma de *bullying*, submerso sobre o espaço não urbano e comunidades tradicionais. Isto porque, assim sendo, desconsidera a cultura local ou dos grupos.

A questão da diversidade escolar tem sido objeto de estudos. Têm acontecido encontros, debates, mas este assunto não se esgota, é sempre atual. Até porque, em um momento e outro nos deparamos com situação de exclusão e violências, seja por cultura, experiência religiosa e por ser pessoa(s) com necessidades especiais. Neste aspecto, recorreremos à sabedoria de nossos pais, assuntos significativos, ou que nos deparamos em um momento e outro, merecem ser retomados. Isto porque, na lógica da sabedoria popular, voltar a um assunto, propicia aprofundá-lo. Portanto, sempre será oportuno discutir o espaço da educação escolar e a diversidade.

O texto para melhor compreensão é desenvolvido a partir de três partes:

- 1 – Fenômeno Religioso
- 2 – Violência
- 3 – Bullying e Educação Escola

¹ É professor na PUC – GO e na Seduc – GO, É graduado em Filosofia. Tem mestrado em Ciências da Religião pela PUC – GO onde está cursando o doutorado em Educação. rsvald@yahoo.com.br



FENÔMENO RELIGIOSO

O fenômeno religioso é inerente nos espaços sociais. Independente de acreditar ou não em um Ser Superior, as relações entre os seres se dão onde ele (o fenômeno religioso) acontece, no espaço físico e cultural construído pelos humanos. Pois,

[...]. De fato, toda religião, por ser um fenômeno humano, tem suas raízes numa comunidade sociocultural que a si mesma se define em parte por sua religião. Mas a existência de formas religiosas quase perfeitamente adaptadas a situações culturais originais é um fato cada vez menos atual e tende a ser, hoje, quase um caso de figura ideal (MESLIN, 2014,267).

Portanto, o fenômeno religioso acontece em todos os espaços e situações. Isto se dá, seja na religião oficial, ou na religiosidade popular². Assim, a religião pode contribuir para fortalecer ou diminuir os processos de exclusão social.

[...]. O campo religioso pode ser visto como um fator que sofre a influência dos conflitos sociais e desenvolve uma dinâmica conflitiva própria, mas também pode exercer influências sobre os conflitos sociais. O campo religioso, em uma sociedade de classes, pode exercer o papel de agilizador da luta de classe dominante para garantir sua hegemonia. No entanto, pode também funcionar como um obstáculo à classe dominante, e ser meio para auxiliar a autonomia das classes subalternas (LEMOS, 2009,45).

Ela mantém ou reage à dinâmica estabelecida. Pode contribuir para inclusão e valorização dos diversos grupos existentes ou desconsiderá-los. Neste sentido, no tocante às relações sociais, compreende-se que o processo de inclusão e valorização deve se dar no conjunto da sociedade, mas de modo especial no espaço escolar. A escola é espaço essencialmente de relação com o diferente. Não é espaço de admissão das desigualdades, mas de aceitação, convívio com o diferente em vista de superar as desigualdades existentes. Portanto, o fenômeno religioso, no espaço escolar há de contribuir para superação de processos de opressão e exclusão social.

² Os termos religião oficial e popular neste estudo partem da seguinte compreensão: no primeiro a prática religiosa se dá a parte das instituições e no segundo como independente de determinações doutrinárias dá institucionais. Para maiores informações, veja: (MESLIN, 2014,267-332).



VIOLÊNCIA

Na compreensão de Michaud (2001, p.8, apud, Pereira, 2009, 15), “[...]. Violência vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir”. Sendo assim, por violência se entende uma agressão a alguém, a um grupo social, ou “algo”. Isto possibilita entender que, a violência se dá sobre alguém, sobre um animal que essencialmente pode não ser o humano, ou sobre outro ser vivo enquanto tal. No mesmo texto, Pereira mostra que há duas compreensões de autores relativas a ato violento. Uma supõe que para ser violento é preciso que quem o praticou seja consciente do mal provocado (PEREIRA, 2009,16). Outra já compreende que o ato violento independe da consciência de quem a pratica. Citando Fante, Pereira compreende por violência “todo ato, praticado de forma consciente ou inconsciente, que fere, magoa, constrange ou causa dano a qualquer membro da espécie humana” (FANTE, 2005,157, apud, PEREIRA, 2009,19), ou, pode-se dizer, uma das espécies vivas. Neste caso independe da intenção direta do sujeito que a pratica e de quem a recebe. Aqui se pode recorrer a Sposito (1998), quando afirma que a violência cria ruptura, quebra da harmonia na dinâmica da existência.

Nesta lógica é possível afirmar que existem violências claras, brutas/agressivas, físicas, ou verbais, mas há as sutis. Meios violentos, agressivos, mas que não são às claras. Dentre estas, Pereira (2009,18) diz: “incluindo, neste último caso, as formas de violência simbólicas e institucionais.” Pode-se dizer culturais ou impositivas dos meios dominantes. Se referindo às violências institucionais, o mesmo autor entende que

[...] como violência institucional estão a marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder, ou seja, o abuso de poder por parte das instituições que impõem suas regras sem margem de defesa e contra argumentação (PEREIRA, 2009,19).

É toda uma construção feita a partir da instituição que se assume ou é assumida como a responsável, que conhece e é reconhecida como com poder para tal.



BULLYING E EDUCAÇÃO

No que se refere ao processo educacional escolar, o estado e as estruturas de poder predominantes estabelecem os conteúdos e os espaços escolares, geralmente nas cidades. A escola está numa lógica de adequação ao poder do capital estabelecido a partir da cidade (BRUNO, 2005; BOURDIEU, 1998). Assim, é possível dizer de uma violência velada, sutil, que, no dizer de alguns estudiosos, é *bullying*. O *bullying*, nas suas mais diversas formas, violenta, discrimina, maltrata.

Entende-se que há uma velada e sutil violência contra uma significativa parcela da sociedade. Assim, os que não estão no espaço urbano, mais especificamente, as populações do campo sofrem o *bullying*³. Normalmente, não tem escola no seu espaço físico e, de modo geral, o ensino escolar não tem a história, a cultura local ou projeto como elemento a considerar no processo educativo. Neste aspecto, mais que sobre pessoas, indivíduos, o *bullying* se dá sobre grupo ou grupos sociais sem maiores meios de defesa (CONSTANTINI, 2004, apud PEREIRA, 2009,31).

Considerando que o fenômeno religioso influencia os indivíduos e, por conseguinte a sociedade, ele pode contribuir para a intensificação ou combate do *bullying*. A verdadeira prática religiosa há de contribuir para a diminuição, se não exclusão dos processos de desvalorização dos indivíduos com outras compreensões ou experiências culturais no espaço⁴ (FERREIRA, 2009).

Cada tempo e lugar constitui e reconhece os seus valores. Alguns são inerentes, outros são conquistados. A sociedade contemporânea está estabelecida a partir do consumismo e da concepção urbana. Isto tem feito com que outras práticas e experiências sejam desconsideradas. Portanto, é tido, considerado como antiquado, ultrapassado o que não se submete, não se adequa à lógica, do consumo e do urbano. Isto fez e faz com que não tenham

³ Para maior compreensão do que se compreende por populações do campo, veja: BRASIL, 2001 (PARECER CNE/CEB, N.º: 36/2001).

⁴ Por experiências e compreensões aqui se entende, desde realidades no que tange a necessidades especiais, a práticas religiosas/culturais a origens no que tange a espaços físicos/culturais. Neste caso mais específico o que se compreende como “diversidade do campo” – campo, quilombola e indígena



investimentos no espaço não urbano, menos ainda no que se refere à educação escolar. Os alunos são transportados para escolas pensadas e localizadas nas cidades. Mesmo onde há escolas na zona rural, geralmente a prática pedagógica e os conteúdos desenvolvidos são a partir da dinâmica urbana.

Assim, é possível afirmar que há uma violência cultural, que compreendemos como *bullying* sobre os indivíduos não estabelecidos na dinâmica do espaço físico/cultural predominante, urbano. Pouco é desenvolvido compreendendo outro espaço que não seja o da lógica urbana capitalista. O predomínio envolve a organização/planejamento das ações a partir do urbano também no que concerne ao fenômeno religioso. As instituições religiosas normalmente desenvolvem seus planejamentos a partir das cidades (PESSOA, 2001). Pessoa, afirma com muita precisão, ampliando as discussões de Antônio Candido (CANDIDO, 1979, *apud* PESSOA, 2001), com relação ao homem do campo que

o seu modo de vida e trabalho nunca foi levado em conta pelos sistemas de ensino; e, o que é mais grave [...], tanto os que permanecem no campo quanto os que migraram para as cidades, por via de regra, não são levados em conta pelas pastorais diocesanas (PESSOA, 2001, 367).

Com relação à educação escolar, a realidade e experiência histórico cultural do campo não é considerada. Em outras palavras, mesmo que dentre os princípios da Lei 9394/96 traga a valorização dos elementos extra escola, extra sala de aula, normalmente, não é reconhecida uma dinâmica que fuja ao estabelecido, dominante urbano, consumista.

Entretanto, o processo histórico, de maneira direta ou indireta, propicia mecanismos de compreensão e atuação considerando a realidade dos espaços. Isto se dá no que concerne à educação escolar e práticas religiosas. Todos os grupos, instituição ou não, deveriam considerar os diversos espaços físicos e culturais. No que se refere à legislação educacional, segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB- Lei 9394/96), a finalidade da educação escolar compreende o desenvolvimento do educando e da sociedade. Envolve a sociedade como um todo e as demais espécies vivas. Neste aspecto, é possível se servir do fenômeno religioso. Silva (2013) entende que, melhores relações, como um todo, podem acontecer revisitando os pensadores antigos



ou experiências religiosas da antiguidade. O Papa Francisco, falando sobre o cuidado como o meio, compreende que o processo histórico cultural é inerente à valorização do ecossistema.

A par do patrimônio natural, encontra-se igualmente ameaçado um patrimônio histórico, artístico e cultural. Faz parte da identidade comum de um lugar, servindo de base para construir uma cidade habitável. Não se trata de destruir e criar novas cidades hipoteticamente mais ecológicas, onde nem sempre resulta desejável viver. **É preciso integrar a história, a cultura e a arquitetura dum lugar, salvaguardando a sua identidade original. Por isso, a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo** (FRANCISCO, 2015,88 – o grifo é nosso).

Nas palavras do papa Francisco, dirigidas no que concerne ao “meio natural”, merece destaque a compreensão da integração das espécies vivas. “O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos” (FRANCISCO, 2015,09). E, remetendo à citação anterior, pensar e atuar na relação com o meio natural compreende a relação entre as pessoas considerando as suas experiências locais. Pois, progresso supõe desenvolvimento do todo. Desenvolvimento este que pode fugir à ótica da conhecida globalização. Aqui, em se tratando do fenômeno religioso, conforme Ferreira (2009), prática excludente ou que violenta não é religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate ao bullying submerso com relação às populações do espaço não urbano ou comunidades tradicionais se soma à compreensão da vida como um todo orgânico, o conjunto das espécies. Os humanos, independente dos seus espaços, físicos e culturais, são constitutivos e sujeitos do processo educacional escolar. Mesmo a educação escolar não açambarcando a totalidade da educação, ela é direito de todos. Negá-la, ou não a propiciar reconhecimento e valorização das realidades sociais, físicas e culturais dos grupos sociais é cometer uma violência sutil. É um bullying submerso contra as populações não urbanas e tradicionais.



Mas é importante atentar para os meios legais e se servir dos elementos do fenômeno religioso para propor, iniciar ações no sentido de impedir o bullying submerso na oferta da educação. Pois, não é educativo a imposição da cultura cidadina dos sujeitos dominantes às populações não urbanas e tradicionais. A violência, o desrespeito não se dá só nas palavras, nos gestos e outros. Ela se dá também no não propiciar meios de acesso, permanência e valorização de elementos dos espaços físicos e culturais dos sujeitos dos espaços não urbanos e das comunidades tradicionais. Neste aspecto, conta-se com a legislação, mais especificamente com os princípios sobre os quais está embasada a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

BRASIL. Lei 10.639/03

BRASIL. Lei 9394/96.

BRASIL. 1999 (PARECERES CNE 14/99, 36/01; 03/04).

BRASIL. 1999 (RESOLUÇÕES CNE/ 03/99, 01/02, 01/04)

BRUNO, Lúcia. *Poder e administração no capitalismo contemporâneo*. In: Oliveira Dalila Andrade (Org). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação* (Org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani). Petrópolis: Vozes, 1998.

CALDART, Roseli Salete. *Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo*. In: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). *Por Uma Educação do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo*. Nº 5, Brasília, 2004.

FARIÑAS, Mayte, RAZO, Renata e SOARES, Sergei. *Perfil Estatístico da Educação Rural: Origem Socioeconômica Desfavorecida, Insumos Escolares Deficientes e Resultados Inaceitáveis*. In: BRASIL, MEC/INEP. *Educação no*



Brasil Rural – versão preliminar, sem revisão. Org. Alvana Maria Bof. Brasília, 2006.

FLEURI, Reinaldo Matias. *Intercultura e educação. Revista Pedagógica*. Maio/Jun/Jul/Ago, 2003.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si: Sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Loyola, 2015.

PESSOA, Jadir de Moraes. *Dos Rezadores do Sertão aos Errantes Nova Era: cenários de pesquisa em religião no Brasil Central. Fragmentos de Cultura*. Instituto De Filosofia e Teologia de Goiás. V. 11, n. 3, p. 355 – 378. Maio/junho, 2001.

FERREIRA, Joel Antônio. *A Importância da História Religiosa para o Mundo*. In: REIMER, Ivoni Richter e SOUZA, João Oliveira (Coord.). *O Sagrado na Vida: Subsídios para aulas de teologia*. Goiânia, UCG, 2009.

LEMOS Carolina Teles. *Religião como fator de manutenção/mudança da ordem social*. In: REIMER, Ivoni Richter e SOUZA, João Oliveira (Org.). *O Sagrado na Vida: Subsídios para aulas de teologia*. Goiânia, UCG, 2009.

MESLIN, Michel. *Fundamentos de Antropologia Religiosa: A experiência humana do divino*. Petrópolis: Vozes, 2014.

PEREIRA, Sonia Maria de Souza. *Bullying: e suas implicações no ambiente escolar*. São Paulo: Paulus, 2009.

SILVA, Magnólia Gilbson Cabral da. *Religião e Sustentabilidade: meio ambiente e qualidade de vida*. In: *Paralellus: Revista Eletrônica em Ciências da Religião*. Recife: UNICAP, jan/jun. 2013.